

RESUMO SEMANAL LEGISLATIVO #19

Semana de 15 a 19 de Junho

Executivo

Atos Executivo: Bolsonaro assinou parecer da AGU reconhecendo que, ao se aposentarem, os policiais civis do DF, federais, rodoviários federais e legislativos devem receber o mesmo salário quando estavam na ativa. A decisão vale para os que ingressaram antes da publicação da EC nº 103/19, que alterou as regras da Previdência. Ainda, o Presidente participou da cerimônia de lançamento do Plano Safra 2020/21, que contará com R\$ 236,3 bi para apoio à produção agropecuária nacional.

Posse: O Presidente empossou o Dep. Fábio Faria (PSD/RN) à frente do recriado Ministério das Comunicações, desmembrado do Min. da Ciência e Tecnologia. O parlamentar faz parte da estratégia de aproximação de Bolsonaro com partidos de centro.

Alterações nos Ministérios: Em vídeo, o Min. Abraham Weintraub anunciou que deixará o cargo. A exoneração ainda não foi publicada, porém Abraham já foi indicado ao cargo de diretor no Banco Mundial, devendo seu nome ser analisado pela instituição. O atual secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim, pode ser nomeado ministro interino enquanto um nome definitivo não for escolhido para a pasta. Já o Sec. do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou em entrevista que deverá ficar no cargo até o final de julho, quando irá para o setor privado. O diretor de programas na pasta, Bruno Funchal, vem sendo cotado para o comando da

secretaria.

Nova Lei: Sancionada a Lei 14.015, que proíbe a suspensão de serviços públicos como água e energia de sexta a domingo, feriado ou dia anterior ao feriado, por inadimplência.

MPs: Publicadas as MPs 982 (Poupança social digital), 983 (Assinaturas eletrônicas em documentos públicos) e 984 (Direitos de transmissão de jogos de futebol). Por solicitação de parlamentares, o presidente do Congresso devolveu a MP 979/20, que permitiria a nomeação de reitores de universidades públicas e institutos federais sem consulta prévia ou lista tríplice. Após a devolução, foi publicada a MP 981/20, revogando a MP 979.

Operação Anjo: Ação conjunta dos Ministérios Públicos do Rio e de São Paulo, por meio de grupos especializados no combate à corrupção e ao crime organizado, resultou na prisão do ex-assessor do Sen. Flávio Bolsonaro (REP/RJ), Fabrício Queiroz. A operação foi batizada pelos investigadores de Operação Anjo. O nome foi dado por causa do apelido do advogado Frederick Wassef, dono do imóvel em que Queiroz foi preso. O advogado representa o Senador no inquérito que investiga a participação de Queiroz em esquema de desvio de vencimentos de servidores do gabinete de Flávio, quando ocupava o cargo de deputado estadual. Partidos aliados posicionaram-se em defesa do Presidente, colocando ter sido uma estratégia para atacá-lo, enquanto a oposição



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

alega ter elementos necessários para pedido de cassação do mandato de Flávio Bolsonaro.

Legislativo

Plenário CD: Na terça (16), deputados concluíram a votação da MP 932 (Sistema S), que vai ao Senado. Na quarta (17) aprovaram a MP 927 (regras trabalhistas na pandemia) e o PL 1013/20 (PROFUT), que seguem para o Senado. Durante a sessão tomou posse a Dep. Carla Dickson (PROS/RN), suplente do Dep. Fábio Faria (PSD/RN). Na quinta (18) aprovaram o PL 1079/20 (suspende dívidas de estudantes com o FIES), que vai à sanção, e o PL 1494/20 (telessaúde fisioterapeutas), que segue para análise dos senadores.

Plenário SF: Senadores aprovaram na terça (16) o PRS 25/20 (regulamenta a suspensão do pagamento de operações de crédito de estados e municípios), promulgado na quarta (17); o PLV 15 oriundo da MP 936 (redução de salário e jornada de trabalho durante pandemia) e o PL 1142/20 (proteção aos povos indígenas), que vão à sanção; e o PL 1389/20 (fundos de assistência social), que retorna à Câmara. Com o cancelamento da sessão do Congresso, na quarta o Plenário realizou sessão de debates, quando os senadores se pronunciaram a respeito das perspectivas das Eleições de 2020 e medidas legislativas necessárias. Na quinta (18), aprovaram o REQ 785/20 (audiência sobre

adiamento das eleições municipais) e os PLs 3391/20 (Dia Nacional do Orgulho Autista) e 1328/20 (empréstimos consignados de aposentados), que seguem à Câmara.

Eleições 2020: Em reunião virtual entre TSE, Câmara, Senado e especialistas em saúde, houve um consenso pelo adiamento do pleito por algumas semanas, garantindo que seja realizada ainda este ano, em data a ser definida pelo Congresso. O Tribunal fará consulta pública para coletar contribuições sobre os impactos da pandemia nas eleições, enquanto o Senado iniciará a discussão de propostas de emenda à Constituição que tratam do assunto. O Sen. Weverton (PDT/MA) foi designado relator da PEC 18/20, que propõe a mudança de data da votação e pretende realizar audiência pública na segunda (22) sobre o tema.

Judiciário

STF – Plenário: Por maioria de votos, ministros julgaram constitucional a Lei da Terceirização, que permitiu a terceirização de atividades-fim das empresas urbanas. O Plenário também concluiu o julgamento da ADPF 572 e declarou a legalidade e a constitucionalidade do INQ 4781, instaurado com o objetivo de investigar a existência de fake news, denúncias caluniosas e ameaças contra a Corte. O HC impetrado em favor do Min. Abraham Weintraub, no âmbito do inquérito, foi rejeitado pelos ministros.



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938

Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

- ❖ Apresentado na terça (16) o [RIC 653/2020](#) pelo Dep. Gustavo Fruet (PDT/PR), que requer informações relativas à implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública. A matéria aguarda parecer do relator na Mesa Diretora, Dep. Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP).
- ❖ Foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União de quarta-feira (17) o [Parecer](#) da Advocacia Geral da União sobre Aposentadoria Especial de Policial Civil do Poder Executivo Federal. O documento assinado pelo Presidente Jair Bolsonaro reconhece que, ao se aposentarem, os policiais federais, rodoviários federais, legislativos e policiais civis do DF, devem receber o mesmo salário que tinham quando estavam na ativa. A decisão vale para aqueles que ingressaram antes da publicação da [EC nº 103/2019](#), que alterou as regras da Previdência.
- ❖ Apresentado pelo Dep. Marcelo Calero (CIDADANIA/RJ), em 18/06, o [RIC 672/2020](#), que requer ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, informações sobre as mudanças de seis superintendentes regionais e diversos outros cargos da administração, coordenação e diretorias da Polícia Federal. O requerimento aguarda o parecer do relator na Mesa Diretora, Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP).

NOVAS PROPOSIÇÕES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposição	Autor	Descrição
PL 3293/2020	Deputado Vítor Hugo (PSL/GO)	Altera a redação do inciso XI e acrescenta os incisos XII, XIII e XIV ao art. 295 do Código de Processo Penal, para instituir prisão especial para integrantes das carreiras que especifica.
PL 3318/2020	Deputado Policial Katia Sastre (PL/SP)	Institui o Dia da Memória aos Defensores da Segurança Pública e da Soberania do Brasil.
PL 3408/2020	Deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM)	Institui a Lei Geral da Polícia Penal e dá outras providências.
REQ 1561/2020	Deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Requer o comparecimento do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, para prestar esclarecimentos sobre o pedido de abertura de inquérito policial, em claro ato antidemocrático de intimidação à atividade jornalística, por publicação de uma charge crítica ao Presidente da República em redes sociais.
REQ 1572/2020	Deputada Bia Kicis (PSL/DF)	Cumprimento das prerrogativas conforme artigo 53 da Constituição Federal, para garantir a inviolabilidade de parlamentar.
REQ 1576/2020	Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP)	Requer providências da Presidência da Câmara dos Deputados, com base no art. 56 caput e §6º do mesmo artigo da Constituição Federal, no sentido de garantir a inviolabilidade parlamentar do Deputado Daniel Silveira, alvo de busca e apreensão por forças policiais em 16 de junho de 2020.
REQ 1577/2020	Deputado Carlos Jordy (PSL/RJ)	Cumprimento das prerrogativas conforme artigo 53 da Constituição Federal.
REQ	Deputado Filipe	Requerimento para que o Presidente da Câmara dos Deputados tome providências para



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

1579/2020	Barros (PSL/PR)	garantir a inviolabilidade de parlamentar.
RIC 650/2020	Deputado Capitão Alberto Neto (REP./AM)	Requer do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor André Luiz de Almeida Mendonça, informações sobre a garantia da liberdade de expressão e independência de Poderes da União diante das inúmeras manifestações políticas que vem acontecendo no país.
RIC 652/2020	Deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Requer à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Senhora Damares Alves, informações relativas à exclusão dos dados sobre violência policial e violência contra policial do relatório anual sobre violações de direitos humanos de 2019.
RIC 653/2020	Deputado Gustavo Fruet (PDT/PR)	Requer informações relativas à implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública.
INC 657/2020	Deputado Lincoln Portela (PL/MG)	Sugere ao Ministério da Justiça e Segurança Pública a disponibilização de no mínimo 20% dos 775 milhões do orçamento para investimentos no fortalecimento e desenvolvimento das guardas municipais.
RIC 672/2020	Deputado Marcelo Calero (CIDADANIA/RJ)	Requer ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, informações sobre as mudanças de seis superintendentes regionais e diversos outros cargos da administração, coordenação e diretorias da Polícia Federal.

//

SENADO FEDERAL

Proposição	Autor	Descrição
RQS 785/2020	Senador Weverton (PDT/MA)	Realização de Sessão de Debates Temáticos no dia 22/06/2020, a fim de Debater sobre o Tema: "Adiamento das eleições municipais durante a pandemia".

//

CONGRESSO NACIONAL

Proposição	Autor	Descrição
PLN 15/2020	Presidência da República	Altera os identificadores de resultado primário constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 869.038.273,00.

//

RESULTADO DAS DELIBERAÇÕES

PLENÁRIOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado. A matéria vai ao Senado	MPV 932/2020	Poder Executivo	Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica.	Deputado Hugo Leal (PSD/RJ)	Favorável na forma do PLV	Plenário
Aprovado. A matéria vai ao Senado	MPV 927/2020	Poder Executivo	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março	Deputado Celso Maldaner (MDB/SC)	Favorável na forma do PLV	Plenário



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

			de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.			
Não deliberado	PLP <u>108/2020</u>	Poder Executivo	Dispõe sobre o repasse dos valores correspondentes ao excedente de recursos acumulados que cobrem as provisões técnicas do consórcio de que trata o art. 7º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, ao Sistema Único de Saúde - SUS.	Deputado Lucas Vergílio (SDI/GO)	-	CSSF, CFT, CCJC, Plenário
Aprovado. A matéria vai ao Senado	PL <u>1013/2020</u>	Deputado Hélio Leite (DEM/PA)	Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003.	Deputado Marcelo Aro (PP/MG)	Favorável com substitutivo	CTASP, CESPO, CFT, CCJC, Plenário
Aprovado. A matéria vai à sanção	Substitutivo do Senado – PL <u>1079/2020</u>	Deputado Denis Bezerra (PSB/CE)	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei, prorrogáveis por igual prazo pelo Poder Executivo.	Deputado Moses Rodrigues (MDB/CE)	Favorável	CE, CFT, CCJC, Plenário
Aprovado. A matéria vai ao Senado	PL <u>1494/2020</u>	Deputado Ruy Carneiro (PSDB/PB)	Permite o atendimento na modalidade tele saúde para fins fisioterapêuticos e terapêuticos ocupacionais.	Deputada Aline Sleutjes (PSL/PR)	Favorável com substitutivo	CSSF, CCJC, Plenário
Não deliberado	PL <u>3267/2019</u>	Poder Executivo	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	-	-	Plenário
Não deliberado	PDL <u>657/2019</u>	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Novo Banco de Desenvolvimento relativo à Sede do Escritório Regional das Américas do Novo Banco de Desenvolvimento na República Federativa do Brasil, celebrado em Joanesburgo, República da África do Sul, em 26 de julho de 2018.	-	-	CFT, CCJC, Plenário
Não deliberado	PDC <u>1158/2018</u>	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, em 29 de junho de 2015, juntamente com a documentação complementar ao texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, República Popular da China, em 29 de junho de 2015.	-	-	Plenário





FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

//

SENADO FEDERAL

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado o PLV. A matéria vai à sanção	<u>PLV 15/2020</u> (MPV <u>936/2020</u>)	Poder Executivo	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	<u>Favorável com emendas</u>	Plenário
Aprovado. A matéria vai à sanção	<u>PL 1142/2020</u>	Câmara dos Deputados – Professora Rosa Neide (PT/MT)	Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.	Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	<u>Favorável com substitutivo</u>	Plenário
Aprovado. A matéria retorna à Câmara	<u>PL 1389/2020</u>	Câmara dos Deputados – Flávia Arruda (PL/DF)	Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros entre os blocos de financiamento constantes dos fundos de assistência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais, apurados até dezembro de 2019, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Senadora Kátia Abreu (PP/TO)	<u>Favorável com substitutivo</u>	Plenário
Aprovado. A matéria vai à promulgação	<u>PRS 25/2020</u>	Senador Omar Aziz (PSD/AM)	Disciplina o tratamento a ser dispensado às operações realizadas de acordo com os §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e art. 4º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, no que tange às contratações dessas operações e às concessões de garantia pela União previstas nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e nº 43, de 2001, e nº 48, de 2007.	Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)	<u>Favorável</u>	Plenário
Aprovado. A matéria vai à Câmara	<u>PL 1328/2020</u>	Senador Otto Alencar (PSD/BA)	Suspende temporariamente os pagamentos das prestações das operações de créditos consignados em benefícios previdenciários, enquanto persistir à emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.	Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR)	<u>Favorável com substitutivo</u>	Plenário
Aprovado. A matéria vai à Câmara	<u>PL 3391/2020</u>	Senador Romário (PODE/RJ)	Institui o Dia 18 de Junho como Dia Nacional do Orgulho Autista.	Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)	<u>Favorável</u>	Plenário
Aprovado	<u>RQS 785/2020</u>	Senador Weverton (PDT/MA)	Realização de Sessão de Debates Temáticos no dia 22/06/2020, a fim de Debater sobre o Tema: “Adiamento das eleições municipais durante a	-	-	Plenário



MOREIRA & GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

pandemia”.

//

SENADO FEDERAL | Dia 17, 16h00

Realizada sessão remota de debates temáticos no plenário do Senado Federal, destinada a debater as perspectivas das Eleições de 2020 e eventuais medidas legislativas necessárias. Os parlamentares discutiram com foco no adiamento das Eleições Municipais de 2020, afirmando que o futuro da pandemia de covid-19 é imprevisível e que isso precisa ser levado em conta na hora de redigir a proposta de emenda à Constituição que tratará de um possível adiamento. Todavia, alguns senadores não concordam com a prorrogação dos atuais mandatos de prefeitos e vereadores, pois acreditam ser um precedente perigoso. Nova discussão será realizada na próxima segunda (22).

//

CONGRESSO NACIONAL | Dia 17, 10h00 e 16h00

Cancelada sessão deliberativa remota no plenário da Câmara dos Deputados e no plenário do Senado Federal, destinada à deliberação dos Vetos nºs 56 a 62 de 2019 e 1 a 13 de 2020 e do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11 de 2020, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, do Trabalho, e do Distrito Federal e dos Territórios. Ainda não há nova data para realização de nova sessão do Congresso.



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938

Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955